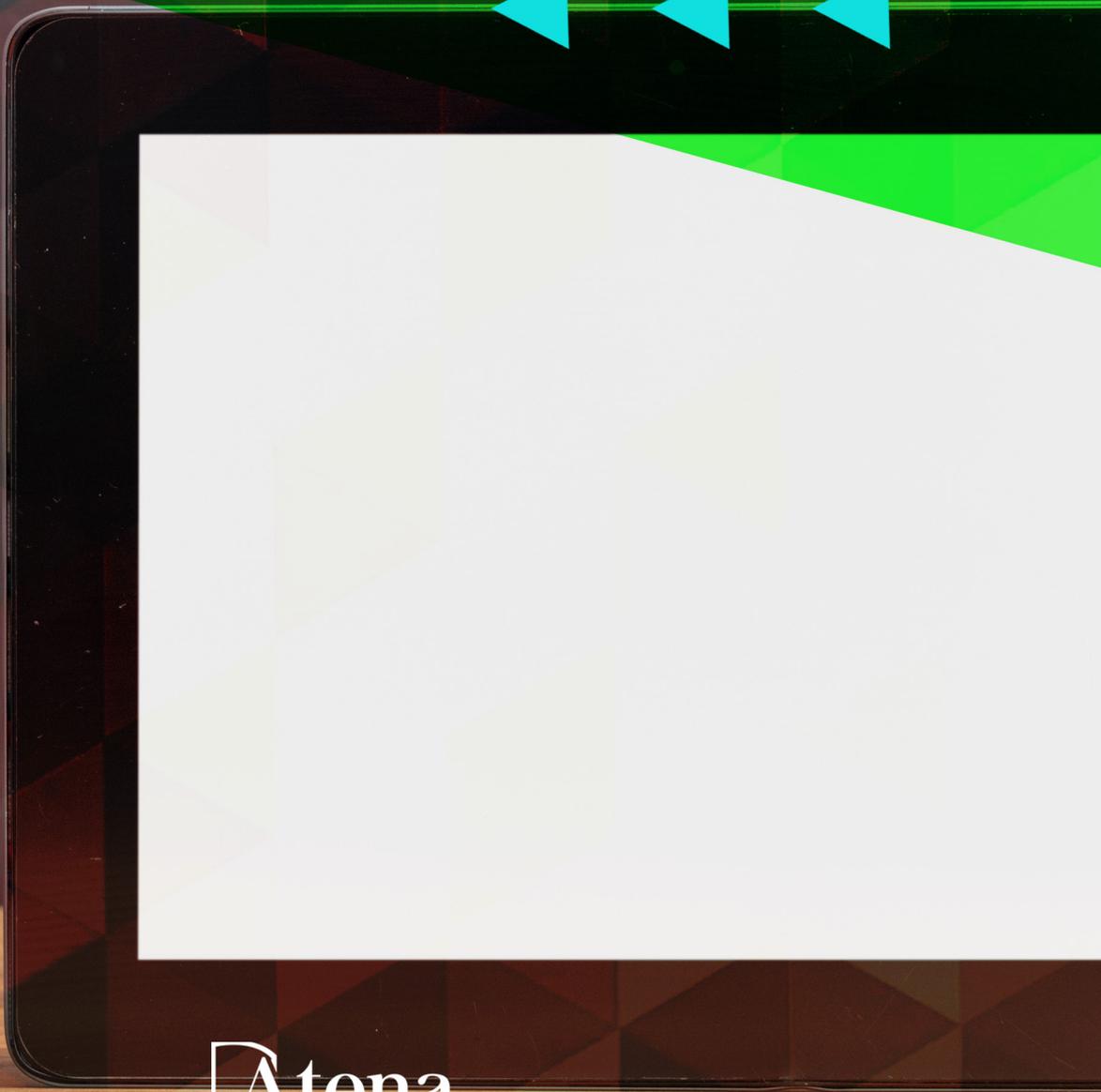




Gabriella Rossetti Ferreira  
(Organizadora)

# Educação: Políticas, Estrutura e Organização 6



**Atena**  
Editora

Ano 2019

**Gabriella Rossetti Ferreira**

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e  
Organização**  
**6**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 6 /  
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):  
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e  
Organização; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-307-1

DOI 10.22533/at.ed.071190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo  
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas  
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 6” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra.

A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular. A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DO DESENCANTO AO ABANDONO DE SI - MARCAS DA COLONIALIDADE SOBRE O OFÍCIO DE PROFESSOR	
Genilda Alves Nascimento Melo	
Andréia Quinto dos Santos	
Célia Jesus dos Santos Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0711903041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
DOS MODELOS PEDAGÓGICOS EUROPEUS E NORTE-AMERICANOS NA ESCOLA PRIMÁRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL: PRÁTICAS ESCOLARES DE LEITURA E ESCRITA	
Rosemeire dos Santos Amaral	
Maria Neide Sobral	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0711903042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
EAD SOB A PERSPECTIVA SWOT	
Erika Pinheiro Pérez	
Blanca Martín Salvago	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0711903043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>38</b>
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CURRÍCULO ESCOLAR	
Maria Jussilania Dantas Araújo	
Márcio Rodrigues dos Santos	
Flávia Nunes de Sousa Limeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0711903044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>46</b>
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REVOLUÇÃO PLANETÁRIA- SOBRE A VISÃO DE EDGAR MORIN	
Marinalva Valdevino dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0711903045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA ANÁLISE SOBRE O CENTRO EDUCACIONAL FEMININO (CEF)	
Natalya Regina Fortes Monte Santos	
Maria Gilcília Silva Pereira Borges	
Aislla Maria de Almeida Gomes	
Ana Rita Soares Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0711903046</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>61</b>
EDUCAÇÃO DIGITAL NA TERCEIRA IDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA TURMA DE INFORMÁTICA BÁSICA	
Mario Diego Ferreira dos Santos	
Suzy Kamylla de Oliveira Menezes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0711903047</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>67</b>
EDUCAÇÃO DO CAMPO E GESTÃO DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA CASA FAMÍLIA RURAL “MANOEL PAULINO DE SOUSA”-ABAETETUBA/PARÁ	
Juliany Serra Miranda Denival de Lira Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0711903048</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>72</b>
EDUCAÇÃO E CULTURA: AS RESSONÂNCIAS (RE)PRODUZIDAS PELAS MÍDIAS NA CULTURA RIBEIRINHA	
Adelmo Viana Wanzeler Benilda Miranda Veloso Silva João Batista do Carmo Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0711903049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>83</b>
EDUCAÇÃO E TRABALHO: O PROCESSO INTERDISCIPLINAR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Rosalina Rodrigues de Oliveira Marcelo Fabiano Rodrigues Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>95</b>
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: PREPARANDO PACIENTES E FAMILIARES PARA A DESOSPITALIZAÇÃO	
Juliana Lemos Zaidan Priscyla Dayane Gomes das Chagas Lira Elvira Santana Amorim Andreyana Javorski Rodrigues Jael Maria de Aquino	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>102</b>
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA ESCOLA GUIOMAR LYRA, CARUARU – PE	
Marilene da Silva Lima Edilene Maria da Silva Katia Tatiana Moraes de Oliveira Ana Lúcia de Melo Santos Nubênia de Lima Tresena	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>114</b>
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: A PERSPECTIVA DO ESPORTE NA ÓTICA DA CULTURA CORPORAL	
Rogério Tauã Mello Machado Yuri Lima Silveira Ian Fonseca Coquet	

**DOI 10.22533/at.ed.07119030413**

**CAPÍTULO 14 ..... 119**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA DE INCLUSÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITUMBIARA/GO**

Keila Rosa Procópio

Lia Batista Machado

**DOI 10.22533/at.ed.07119030414**

**CAPÍTULO 15 ..... 131**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A VIVÊNCIA DO PROFESSOR/A AUXILIAR NA MEDIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM**

Gessione Moraes da Silva

Gesomara Lopes Guerra

Maria Adriana de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.07119030415**

**CAPÍTULO 16 ..... 141**

**EDUCAÇÃO NA INDÚSTRIA 4.0: CONTRIBUIÇÕES DA SALA INVERTIDA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Sebastião Soares Lyra Netto

Ana de Kássia Silva Lyra

Jedida Severina de Andrade Melo

Queila Carla Ramos da Silva Alcantara

Andréia Gilzélia de Arruda Santana

Paula Helena da Rocha Silva

Rosilene Tarcisa da Silva Lisboa

**DOI 10.22533/at.ed.07119030416**

**CAPÍTULO 17 ..... 156**

**EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO GRUPO AGITAÇÃO RIO PRETO: ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES PROPÍCIOS AO LAZER E À EDUCAÇÃO**

Maria Fernanda Sanchez Maturana

Miriam Sinhorelli

Vagner Sérgio Custódio

Isadora de Oliveira Pinto Barciela

Aline Sinhorelli Sakamoto

Vanessa Camilo Sossai

Keila Isabel Botan

Rodrigo Soares da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.07119030417**

**CAPÍTULO 18 ..... 165**

**EDUCAÇÃO PERMANENTE: PROCESSO DE TRABALHO DE AUXILIARES EM SAÚDE BUCAL NO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ – RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Tainá Macedo Do Vale

Ermano Batista Da Costa

Antônio Rodrigues Ferreira Júnior

**DOI 10.22533/at.ed.07119030418**

<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>173</b>
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DO PNE (2014-2024) E LDB – 9.394/96	
Jamilly Leite Olegario Maria Aparecida dos Santos Ferreira Márcia Gonçalves Keesem	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>180</b>
EDUCAÇÃO SEXUAL: CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NO PROCESSO DE AUTO-CONHECIMENTO E NA CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADANIA ATIVA	
Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes Marçal Ribeiro Andreza Marques de Castro Leão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>198</b>
EDUCAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS E ENSINO DE QUÍMICA: EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO CIDADÃ NA ESCOLA	
Alex William Sanches Fernando de Azevedo Alves Brito Pâmela Ribeiro Lopes Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>210</b>
EDUCAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS E GÊNERO: ENTRELACANDO PERSPECTIVAS	
Alex William Sanches Álvaro de Azevedo Alves Brito Bianca Silva Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030422</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>218</b>
EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO DO SURDO NO PROCESSO EDUCACIONAL	
Lindacir Laurentino Lima de Medeiros Rosana de Medeiros Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030423</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>227</b>
EJA NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA E PEDAGÓGICA NA RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO E A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE	
José Clebson dos Santos Jenaice Israel Ferro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030424</b>	

<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>238</b>
ELABORAÇÃO DE UM OBJETO DE ENSINO-APRENDIZAGEM COM BASE NO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DA COLETA DE ÁGUAS DA CHUVA	
Abel Antônio Alves Kenedy Lopes de Nogueira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030425</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>252</b>
EM DISCUSSÃO: O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS E AS DECORRÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES. ESTAMOS PREPARADOS PARA IMPLANTÁ-LO?	
Rosângela da Silva Camargo Paglia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030426</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>263</b>
ENSINO DA ROBÓTICA: O ARDUINO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA	
Brenna Theodora Machado Matos Robério Oliveira Rodrigues Maria Bruna Machado Matos Paulo Sérgio Silvino do Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030427</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>273</b>
ENSINO DE BOTÂNICA: METODOLOGIA PARA O ESTUDO DAS ANGIOSPERMAS NO FUNDAMENTAL II	
Rivete Silva de Lima Pietra Rolim Alencar Marques Costa Rafaela Sales Pereira Roxo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030428</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>286</b>
ENSINO DE BOTÂNICA: UM ESTUDO A PARTIR DE DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS NO BRASIL (1982 A 2016)	
Laís Goyos Pieroni Maria Cristina de Senzi Zancul	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030429</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>297</b>
ENSINO DE HISTÓRIA E A SEGUNDA GRANDE GUERRA A PARTIR DE POESIAS, FOTOGRAFIAS E SUAS REPRESENTAÇÕES	
Daniele Alves Craveiro Fernanda Dalmazo Garcia Fernando Santos Maciel Leticia Vicentina Nunes Zandoná Luciana Berbel Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030430</b>	

<b>CAPÍTULO 31 .....</b>	<b>302</b>
ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE DOS PARÂMETROS CURRICULARES NO CONTEXTO DE SALA DE AULA	
<a href="#">Samantha Joyce Ferreira Wanderley da Silva</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030431</b>	
<b>CAPÍTULO 32 .....</b>	<b>308</b>
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA ESTRANGEIROS: O FATOR INTERCULTURALIDADE PRESENTE EM MANUAIS DIDÁTICOS PRODUZIDOS NO BRASIL	
<a href="#">Márcia Rejane de Oliveira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07119030432</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>317</b>

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A VIVÊNCIA DO PROFESSOR/A AUXILIAR NA MEDIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

### **Gessione Moraes da Silva**

Escola Estadual Prof<sup>a</sup> Maria Zenilda Gama Torres  
Apodi – Rio Grande do Norte

### **Gesomara Lopes Guerra**

Escola Estadual Prof<sup>a</sup> Alvanir de Freitas Dias  
Apodi – Rio Grande do Norte

### **Maria Adriana de Souza**

Escola Estadual Prof<sup>a</sup> Maria Zenilda Gama Torres  
Apodi – Rio Grande do Norte

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo refletir sobre como o trabalho do professor/a auxiliar contribui para a aprendizagem do aluno com deficiência. A pesquisa de cunho qualitativo, bibliográfico e de campo teve a participação de nove professoras auxiliares da Educação Especial de escolas da rede estadual de ensino do município de Apodi/RN. Como embasamento teórico, o estudo fundamenta-se nos dispositivos legais que regem a Educação Inclusiva e em autores que discutem esta temática, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Os resultados evidenciam que o trabalho desenvolvido pelas professoras auxiliares possibilita avanços na socialização e no processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão, Professor/a auxiliar, Deficiência, Aluno.

**ABSTRACT:** This article aims to reflect on how the work of the auxiliary teacher contributes to the learning of students with disabilities. The qualitative, bibliographical and field research was attended by nine auxiliary teachers of the Special Education of schools of the state education network of the municipality of Apodi / RN. As a theoretical basis, the study is based on the legal provisions governing Inclusive Education and on authors who discuss this subject, having as a data collection instrument the semi-structured interview. The results show that the work carried out by the auxiliary teachers enables advances in the socialization and teaching teaching process of students with disabilities.

**KEYWORDS:** Inclusion, Teaching assistant, Disability, Student.

### 1 | INTRODUÇÃO

A educação é considerada um direito inerente a todas as pessoas. Nesse sentido, ela é responsável por garantir uma formação que contemple o desenvolvimento do sujeito em diferentes dimensões, valorizando e respeitando as diferenças que estão presentes na sociedade.

Sob este prisma, a Educação Especial

surge como um caminho para se efetivar a inclusão das pessoas com deficiência nas instituições de ensino regular, fruto de lutas e conquistas impulsionadas pela Declaração de Salamanca (1994).

Nesse contexto surge a necessidade da existência do/a professo/a auxiliar que possa viabilizar a mediação da aprendizagem dos alunos com deficiência. O trabalho deste profissional dar-se-á por meio de um atendimento educacional individualizado e adequado às limitações próprias de cada deficiência.

Nessa perspectiva, o presente artigo objetiva refletir sobre como o trabalho do professor/a auxiliar contribui para a aprendizagem do aluno com deficiência. Desse modo, é relevante analisar as contribuições do papel deste profissional nos aspectos sócio-cognitivos dos discentes.

A pesquisa contempla uma natureza qualitativa e contou com a participação de nove professoras da rede estadual de ensino do município de Apodi/RN, com idade entre 27 e 37 anos, todas graduadas em Pedagogia. Dentre elas, quatro possuem pós-graduação lato sensu em Educação Inclusiva, tendo um ano de experiência como professora auxiliar.

O estudo tem como fundamentação teórica os documentos legais que discutem a educação inclusiva e autores como Holanda (2009), Sasaki (1997), Souza, Valente e Panutti (2015), entre outros pesquisadores, que estudam essa temática. O mesmo foi apresentado no V Conedu.

A relevância da pesquisa está vinculada ao propósito de identificar os avanços das habilidades escolares dos alunos com deficiência e, assim, defender a necessidade que muitos destes discentes apresentam que é a mediação deste profissional para ter o direito de permanência na escola garantido.

## **2 | CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A história da humanidade tem revelado o processo de exclusão vivenciado pelas pessoas deficientes. Desde a antiguidade, especificamente na Grécia e Roma Antiga, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram abandonadas ou mortas.

No período da Idade Média as crianças com deficiência eram associadas à magia negra, sendo perseguidas e mortas. Sobre este fato, Holanda (2009, p. 20) afirma que “os portadores de deficiência tiveram suas vidas ameaçadas, tratados como se fossem a própria materialização do mal e para combatê-los era preciso castigar, torturar e matar”. Esse contexto de rejeição continuou nas fases históricas seguintes, as pessoas tidas como deficientes continuaram a ser segregadas.

Nos séculos XVIII e XIX as famílias passam a ter uma atitude mais branda com relação aos deficientes, ao invés de torturá-los e matá-los eles eram confinados em suas próprias casas ou em instituições especializadas, sob o pretexto de defendê-los da discriminação social.

Na segunda metade do século XX a sociedade começou a debater a integração das pessoas com deficiência nos espaços escolares. No entanto, o poder estatal não assumiu a responsabilidade de incluí-las nas escolas públicas de ensino, deixando a cargo das instituições privadas e especializadas a função de instruí-las, assemelhando-se ao ensino regular.

É importante salientar que a partir de 1948, por meio da Declaração dos Direitos Humanos a Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu-se que todos os homens são iguais perante a sociedade. Esse fato impulsionou as discussões acerca dos direitos das pessoas com deficiência.

Convém destacar que o grande marco da Educação Inclusiva ocorreu na Espanha na cidade de Salamanca (1994), onde, na oportunidade, 94 representantes de vários países e organizações não governamentais (ONGs) discutiram e formalizaram um conceito de “educação para todos”. Essas discussões resultaram em um documento que ficou conhecido mundialmente como Declaração de Salamanca. Documento este que fomentou diversos movimentos e lutas em prol da educação inclusiva.

No Brasil, as primeiras ações que retratam a preocupação do país com a inclusão das pessoas com deficiência deu-se na época imperial com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, por meio do Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de setembro de 1854. A partir de 1891 ficou conhecido como Instituto Benjamin Constant, sendo referência até os dias atuais, para a reabilitação de pessoas com deficiência visual. A instituição passa a prestar serviços, capacitação e assessoramento de escolas e instituições que trabalham com esse público. Outra ação que merece destaque foi a criação do Instituto imperial dos surdos-mudos em 1857, que passou a Instituto Nacional de Educação de surdos (INES).

Com o advento do período Republicano, algumas instituições privadas foram criadas com o intuito de tratar as pessoas com deficiência mental, visto que as mesmas apresentavam uma anormalidade no organismo. O objetivo destas instituições era apenas tratá-las numa tentativa de buscar a cura, sem preocupação em incluí-las na sociedade.

É importante ressaltar que as instituições privadas foram as pioneiras no tratamento das pessoas com deficiência, marcando o início da filantropia e do assistencialismo. Nessa perspectiva, as Ordens Religiosas também contribuem no sentido de assistir às classes menos favorecidas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, 1996), dedicou o Capítulo V para tratar sobre a Educação Especial, estabelecendo legalmente o direito da criança com deficiência estudar em turmas regulares das instituições de ensino, bem como o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

### **3 | BASES LEGAIS QUE INSTITUIU A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Artigo 205, assegura a

educação como direito de todos. Nesse sentido, ela foi primordial para o desenvolvimento das políticas públicas que norteiam a Educação Especial. É oportuno assinalar que, no Artigo 208, faz-se uma ressalva quanto ao atendimento educacional especializado (AEE), direcionado às pessoas com deficiência. A esse respeito a Constituição afirma:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988, p. 43).

O texto constitucional, desde 1988, já traz essa preocupação em oferecer o apoio àqueles que necessitam de um atendimento específico, ressaltando que as pessoas com deficiência devem preferencialmente serem atendidas na rede regular de ensino.

Aprofundando essa discussão, convém destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) trata da Educação Especial como modalidade de ensino, enfatizando as garantias para as pessoas com deficiência. Nesse sentido, as autoras Souza, Rosário e Costa enfatizam que:

No tocante à Educação Inclusiva, o capítulo V da LDB traz em seu texto garantias legais quanto ao acesso das crianças com deficiência no ensino regular, bem como, serviços de apoio especializado, currículos, professores com formação adequada, com o intuito de assegurar a inclusão de todas as crianças na escola (SOUZA; ROSÁRIO; COSTA, 2017, p. 4).

Outro importante documento (que ressalta os direitos inerentes às pessoas com deficiência) são as Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Tais diretrizes corroboram com a Constituição Federal e a LDB, ao garantir o acesso e a permanência destas pessoas em instituições de ensino regular, bem como o Atendimento Educacional Especializado na própria escola ou em centros de Educação Especial em contra turno.

Ainda sobre os direitos referentes as pessoas com deficiência, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva diz que:

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos estudantes com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (BRASIL, 2008, p.17).

Sob esta ótica surgiu a necessidade de um professor auxiliar que viesse a

colaborar no processo de ensino aprendizagem dos alunos que necessitassem de um acompanhamento, para desenvolver suas competências e habilidades educativas. Fundamentado nesta Política Nacional foram criadas Leis que garantiram melhorias para a inclusão das pessoas com deficiência, tais como: Lei Nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012 (Lei do Autista); Projeto de Lei Nº 228/2014 (Lei do Cuidador); e a Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência – LBI).

#### **4 | ATUAÇÃO DO PROFESSOR/A AUXILIAR NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

A Educação Especial durante muito tempo limitou-se a um ensino dissociado da sala de aula comum. Esta, em toda sua trajetória, vem passando por transformações que modificaram o seu papel, garantindo, assim, que os alunos com deficiência tenham o direito de serem incluídos no ensino regular.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), assegurou a todos o direito de aprender e se desenvolver em qualquer instituição de ensino. Diante disso, “a fim de garantir esta igualdade de oportunidade e uma educação de qualidade para todos, várias práticas foram criadas com o intuito de auxiliar o professor regente a lidar com a inclusão em sala de aula” (SOUZA; VALENTE; PANNUTI, 2015, p. 10).

Nessa perspectiva, o Estado do Rio Grande do Norte realizou, em 2015, um Concurso para o cargo de professor/a auxiliar de Educação Especial, com o intuito de oferecer profissionais que auxiliem os alunos com deficiência no seu cotidiano escolar, visto que os mesmos precisam de apoio integral no seu processo de aprendizagem.

Em face dessas considerações, o estudo realizado tem por objetivo analisar a atuação do professor/a auxiliar no processo de mediação da aprendizagem na sala comum do ensino regular. A pesquisa desenvolvida é de caráter qualitativo, bibliográfico e de campo tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Esta contou com a participação de nove professores auxiliares que atuam na rede estadual do município de Apodi-RN.

Nessa fase da pesquisa a análise dos dados viabiliza a compreensão acerca da atuação dos professores auxiliares no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência. Nesse sentido é importante ouvir a voz destes profissionais no tocante ao trabalho pedagógico realizado por eles, no processo de mediação da aprendizagem.

Posto isso, enfatizamos a concepção dos entrevistados a respeito da inclusão:

**P01-** É o processo de inserção dos alunos com deficiência no ambiente escolar e na sociedade de forma geral;

**P03-** A inclusão é um avanço muito bom que tem acontecido na sociedade, digo

na sociedade porque a inclusão não deve acontecer somente na escola, e sim em todos os ambientes. E incluir não se resume apenas a estar em todos os locais e sim, se sentir de fato incluído, ou seja, realizando suas ações com o suporte necessário;

**P06-** Inclusão é acolher todos os indivíduos independentemente da classe social, cor, religião, condições físicas e psicológicas;

**P07-** Inclusão é o ato de igualdade entre os indivíduos, não sendo aceita qualquer discriminação.

Com base nos enunciados acima, foi constatado que os professores auxiliares possuem uma visão ampla sobre a inclusão, visto que a concebem como sendo necessária e promotora da igualdade entre os sujeitos, proporcionando a estes a inclusão de fato em todos os espaços sociais. No entanto, é importante ressaltar que ainda há pessoas que associam a inclusão somente à deficiência, como relata a professora P01.

Nestas circunstâncias é oportuno enfatizar o pensamento de Sasaki ao dizer que:

[...] incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida (SASSAKI, 1997, p. 41).

O pensamento do autor evidencia os desafios que permeiam o processo de inclusão, como reforçam os discursos dos entrevistados:

**P05-** Os desafios são diários, na convivência do dia a dia, como sabemos, não existe uma fórmula a seguir. Porém, o maior desafio é no planejamento, por se tratar de um aluno de 7º Ano, existe grande dificuldade para sentar com os professores de cada disciplina para planejar devido o tempo de cada um e por trabalharem em outras escolas, e em sua maioria (se não todos) não possui planejamento diário para que possamos acompanhá-lo com maior facilidade. Esse sem dúvida é meu maior desafio;

**P06-** A maior dificuldade é a falta de conhecimento da legislação por parte da gestão, a falta de capacitação dos professores e funcionários em geral, e principalmente a falta de recursos pedagógicos;

**P08-** O professor de Educação Especial tem enfrentado várias dificuldades, uma delas é o não entendimento da sua função e por isso, acaba sendo cobrado ou criticado por coisas que não é da nossa ossada.

Os relatos evidenciam os desafios enfrentados pelos professores no processo de inclusão do aluno com deficiência na sala de aula comum. Um deles, conforme apontado pelos docentes refere-se ao planejamento, visto que deve ser realizado em parceria com o professor regente. E a grande dificuldade consiste na ausência do planejamento.

Outro ponto destacado é a falta de conhecimento acerca das Leis que

normatizam a educação inclusiva por parte da gestão escolar. No entanto, é importante ressaltar que o processo de inclusão é de responsabilidade de toda comunidade escolar.

Cabe enfatizar ainda que parte dos profissionais das instituições de ensino desconhece a real função do trabalho desenvolvido pelos professores auxiliares, gerando, com isso, cobranças e críticas indevidas, relacionadas ao papel desenvolvido por estes na sala de aula.

O desconhecimento também permeia o cotidiano do próprio professor da Educação Especial (Professor/a Auxiliar), visto que, quando indagados acerca das leis que legalizam a existência de seu cargo todos os entrevistados, limitaram-se a citar apenas a Resolução N° 02/2012, Resolução N° 03/2016 e a Nota Técnica N° 19/2010, deixando de lado as demais leis que fundamentam a instituição da função exercida pelos mesmos.

Nesse sentido, é importante destacar que o conhecimento referente às bases legais que normatizam a inclusão de todos na escola regular, deve ser comum a toda sociedade, objetivando, assim, ofertar um ensino democrático, eficiente e inclusivo que promova a aprendizagem.

Com o intuito de analisar a contribuição do trabalho do professor auxiliar para a aprendizagem dos alunos com deficiência, é imprescindível conhecer seus relatos referentes ao trabalho desenvolvido por estes no espaço escolar. Sobre esse tema, os entrevistados nos dizem:

**P01-** Atuo como mediador da aprendizagem do aluno, ajudando-o em suas dificuldades e no desenvolvimento das atividades;

**P05-** Busco facilitar através das dúvidas que vão surgindo no decorrer da aula, usando de argumentos explicativos de mais fácil entendimento, observo suas dificuldades, procuro deixá-lo à vontade a fim de desenvolver sua autonomia;

**P06-** Procuro ampliar a comunicação dele com os demais alunos da instituição. Nas atividades procuro fazer adaptações, trabalhar com material concreto e adequado ao nível do aluno.

As vozes dos entrevistados evidenciam a relevância do papel do professor/a auxiliar ao mediar, adaptar e orientar os discentes com deficiência nas atividades escolares, visto que viabiliza o processo de aprendizagem e inserção dos alunos com deficiência, possibilitando a visibilidade e a inclusão destes como alunos de fato. Essa contribuição é retratada pelos professores quando indagados acerca dos avanços alcançados pelos discentes. No tocante a essa temática os participantes da pesquisa enfatizam que:

**P02-** A aluna já consegue se socializar com os demais colegas, fica mais tempo na sala de aula, alimenta-se melhor pelo fato de ver as outras crianças se alimentando, faz algumas atividades dentro de suas limitações, ordena o alfabeto e números, utiliza o banheiro para fazer suas necessidades, enfim adquiriu mais autonomia;

**P03-** Ela tem evoluído gradativamente, no seu tempo, a seu modo, pois cada aluno

é único, tem seu tempo e sua forma de aprender, e ela tem mostrado que está evoluindo na compreensão dos conteúdos, na escrita e na leitura, na interação com todos que fazem a escola;

**P08-** Muitos são os avanços, principalmente na convivência, já que assim que chegou a escola ele não queria nem ficar na sala de aula.

Os relatos demonstram os avanços que os professores identificaram em seus alunos, verdadeiras conquistas que devem ser valorizadas dentro do contexto escolar, pois se tratam de alunos com muitas limitações que dificultam o processo de aprendizagem dos mesmos. Dos nove professores entrevistados, 08 trabalham com crianças que apresentam o espectro autista, e, 01 com paralisia. De posse desta informação, pode-se avaliar a qualidade dos avanços adquiridos por estes alunos.

Sob esse prisma é importante enfatizar que o processo de aprendizagem acontece cotidianamente, e, muitas vezes, pode parecer imperceptível aos olhos da maioria das pessoas. No entanto, ele existe e necessita ser reconhecido por todos, como forma de fomentar a inclusão e por consequência a aprendizagem.

Em face dessas considerações é relevante compreender que o professor/a regente da sala de aula comum deve ser parceiro do professor/a auxiliar, pois a parceria entre eles possibilitará o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à formação do sujeito com deficiência. Essa parceria tem como ponto de partida a aceitação do aluno com deficiência e do professor/a auxiliar como companheiro, parceiro de profissão.

No tocante a essa aceitação os discursos dos professores retratam que:

**P01-** Todos os professores aceitam muito bem o aluno, procurando sempre incluí-lo nas atividades propostas em sala de aula;

**P05-** Até o momento os professores têm compreendido bem meu trabalho;

**P06-** Não existe grande aceitação, pois o professor acha que o aluno com necessidade especial é responsabilidade somente do professor auxiliar;

**P08-** Os professores aceitam e muitas vezes até me ajudam quando o aluno não quer fazer a tarefa ou ficar na sala;

É possível depreender, a partir dos discursos, que a maioria dos professores aceita e contribuem com a presença do professor auxiliar em sala de aula. Embora ainda exista resistência por parte de alguns, ao delegar toda a responsabilidade referente ao aluno com deficiência ao professor auxiliar, o que inviabiliza a parceria necessária e imprescindível ao processo de inclusão.

Ao relatar sobre as contribuições que o professor/a auxiliar traz para o desempenho escolar dos alunos, os participantes da pesquisa argumentam que:

**P03-** Auxiliando nas atividades, nos projetos, nas apresentações, reforçando seu aprendizado para que ela se sinta igual e capaz assim como os demais;

**P05-** Por se tratar de inclusão, sabemos que perpassa os limites da sala de aula, intervenho em todas as situações que julgo necessário, tanto na convivência com

os colegas em sala de aula, quanto fora dela, dentro da escola. Combatendo quaisquer tipo de preconceito ou exclusão seja ela qual tipo for;

**P07-** Tento criar condições eliminando as barreiras que assegurem a sua plena participação em sala de aula.

Considerando os aspectos acima mencionados é possível identificar a maneira como as professoras buscam realizar o processo de inclusão, através de estratégias e atividades pedagógicas que permitam o desenvolvimento sócio cognitivo dos alunos.

Em síntese, pode-se afirmar que o trabalho do professor/a auxiliar é desafiador, visto que implica em trabalhar com as especificidades de cada deficiência, além do preconceito vivenciado pelos profissionais da Educação Especial.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo retratou o papel do professor/a auxiliar no processo de mediação da aprendizagem dos alunos com deficiência, uma vez que a existência deste é fruto das conquistas alcançadas por meio das políticas públicas, que sugerem a necessidade da presença desses profissionais, como parceiros do professor regente da sala de aula do ensino regular.

Vale salientar que o processo inclusivo não se limita à permanência dos alunos com deficiência na sala de aula comum, mas pressupõe oportunizar a estes as mesmas condições de ensino e de aprendizagem.

Mediante os discursos analisados é possível identificar que o trabalho desenvolvido por estes profissionais possibilita avanços na socialização e no processo de ensino aprendizagem dos estudantes com deficiência. Diríamos, ainda, que a presença deste professor viabiliza a convivência de todos como iguais.

Diante dessas considerações, se faz necessário compreender que a prática de uma educação inclusiva requer que a escola ofereça as condições físicas e humanas para que ela de fato aconteça, cumprindo, assim, o que determina a legislação brasileira para a Educação Especial.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República do Brasil**. Brasília. 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 07 de janeiro de 2008**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2018.

BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário oficial da**

**união**, Brasília, 2009a.

HOLANDA, T. **Uma questão de inclusão: diálogos sobre educação inclusiva travados no seio espaço escolar**. Trabalho Monográfico. Guarabira/PB: UEPB, 2009.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 12, 1948.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUZA, F. F.; VALENTE, P. M.; PANUTTI, M. **O papel do professor de apoio na inclusão escolar**. In: XII Congresso Nacional de Educação/EDUCERE, XII Anais. Curitiba-PR: PUCPR, 2015. p. 10.875-10.885.

SOUZA, M. A.; ROSÁRIO, M. L. F.; COSTA, E.M. **A educação inclusiva na concepção do aluno sem deficiência no ensino regular**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, IV. Anais. João Pessoa: REALIZE 2017. p.1-12.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

### **Gabriella Rossetti Ferreira**

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-307-1

